

GABINETE DO DEPUTADO ACÁCIO FAVACHO – MDB/AP

EMENDA ADITIVA Nº

(Emenda Aditiva à MP nº 1.165, de 2023)

Inclua-se o seguinte §4º ao artigo 20 da Medida Provisória nº 1.165, de 2023:

"§4º Será concedido horário especial ao médico(a)a participante, portador(a) de deficiência ou que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência, comprovada a necessidade por junta médica oficial, sem exigência de compensação de horário."

JUSTIFICAÇÃO

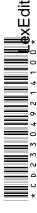
A legislação brasileira que trata do assunto é a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. De acordo com essa lei, os servidores com deficiência podem ter direito a uma jornada de trabalho reduzida em até 2 horas diárias, sem prejuízo da remuneração, desde que comprovada a necessidade por junta médica oficial.

Além disso, a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), também estabelece que a pessoa com deficiência tem direito a medidas de acessibilidade no trabalho, como a flexibilização de horários e a adaptação do ambiente de trabalho.

A conquista do horário especial para servidores públicos ou parentes com deficiência é de extrema importância, pois é um direito garantido por lei e que busca promover a inclusão e a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho.

CÂMARA DOS DEPUTADOS – ANEXO IV – GAB. 414 – CEP 70.160-900 – BRASILIA/DF TELS (61) 3215-52409/3409 – dep.acaciofavacho@camara.gov.br









GABINETE DO DEPUTADO ACÁCIO FAVACHO – MDB/AP

Ao conceder esse benefício, o Estado reconhece que as pessoas com deficiência possuem necessidades especiais e que é preciso garantir condições de trabalho adequadas para que possam desempenhar suas funções da melhor forma possível.

Com a concessão do horário especial, o servidor também pode ter uma maior flexibilidade para conciliar as atividades do trabalho com as atividades de cuidado com o familiar com deficiência, o que pode ser especialmente importante em casos em que o cuidado exige um tempo significativo.

Portanto, a concessão do horário especial é uma medida importante para garantir a inclusão e a dignidade das pessoas com deficiência e seus familiares, e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ante ao exposto, solicito o apoio do nobre relator para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em 23 de março de 2023.

Deputado Acácio Favacho

